





**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013  
(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por ação)

Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	
Receita líquida	20	6.430.439	5.712.517	7.725.578	6.734.240
Custo dos serviços prestados	21	(2.027.685)	(1.734.466)	(3.050.620)	(2.549.652)
Lucro bruto		4.402.754	3.978.051	4.674.958	4.184.588
<b>Receitas (despesas) operacionais</b>					
Pessoal	21	(224.745)	(169.025)	(371.065)	(267.289)
Gerais e administrativas	21	(361.791)	(279.526)	(383.404)	(289.661)
Vendas e marketing	21	(274.203)	(236.413)	(287.571)	(255.954)
Equivalência patrimonial	7	31.949	17.399	11.479	(2.089)
Outras despesas operacionais, líquidas	21 e 22	(222.796)	(178.256)	(232.894)	(185.584)
Lucro operacional		3.351.168	3.132.230	3.411.503	3.184.011
<b>Resultado financeiro</b>					
Receitas financeiras	27	16.426	18.404	19.760	20.073
Despesas financeiras	27	(93.677)	(86.322)	(132.139)	(118.726)
Resultado com antecipação de recebíveis	27	1.508.551	953.042	1.508.551	953.042
Varição cambial, líquida	27	163	250	193	257
		1.431.463	885.374	1.396.365	854.646
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		4.782.631	4.017.604	4.807.868	4.038.657
Imposto de renda e contribuição social					
Correntes	6	(1.729.834)	(1.482.315)	(1.763.725)	(1.511.941)
Diferidos	6	167.050	138.312	184.790	153.960
Lucro líquido do exercício		3.219.847	2.673.601	3.228.933	2.680.676
<b>Atribuído a</b>					
Acionistas da Cielo S.A.				3.219.847	2.673.601
Outros acionistas que não da Cielo S.A.				9.086	7.075
				3.228.933	2.680.676
Lucro líquido por ação (em R\$) - Básico	18.c)	2.34925	1.75379	2.34925	1.75379
Lucro líquido por ação (em R\$) - Diluído	18.d)	2.33936	1.75013	2.33936	1.75013

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013  
(Em milhares de Reais)

Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	
Lucro líquido do exercício		3.219.847	2.673.601	3.228.933	2.680.676
Resultados abrangentes					
Diferenças de câmbio na conversão de operações no exterior:					
Varição cambial sobre investimentos no exterior		97.800	93.250	97.800	93.250
Resultado com instrumentos de "hedge" ("bonds") sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários		(97.279)	(92.781)	(97.279)	(92.781)
Movimentações do exercício		521	469	521	469
Resultado abrangente total do exercício		3.220.368	2.674.070	3.229.454	2.681.145
<b>Atribuído a</b>					
Acionistas da Cielo S.A.				3.220.368	2.674.070
Outros acionistas que não da Cielo S.A.				9.086	7.075

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 (Em milhares de Reais)

Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.782.631	4.017.604	4.807.868	4.038.657
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social					
Com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	8 e 10	342.548	309.912	427.361	391.211
Constituição de provisão para perdas com imobilizado e intangível		116	376	116	376
Custo residual de imobilizado e intangível baixados	8 e 10	28.579	25.440	34.144	30.650
Opções de ações outorgadas		(23.783)	(314)	(23.783)	(314)
Perdas com créditos incobráveis e "chargebacks"	22	131.807	72.453	131.807	72.453
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	16.a	191.550	216.957	197.509	221.221
Ajuste a valor presente do contas a receber	27	67.089	93.888	67.089	93.888
Participação de outros acionistas que não da Cielo S.A.		-	-	9.086	7.075
Varição cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior		1.801	23	1.801	23
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13	65.971	64.583	102.587	96.821
Perda no valor recuperável de ágio	9	-	30.479	-	30.479
Equivalência patrimonial	7	(31.949)	(17.399)	(11.479)	2.089
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber operacionais		(932.077)	(2.821.725)	(1.069.969)	(2.867.491)
Contas a receber de controladas e controladas em conjunto		(42)	76	258	(508)
Impostos antecipados e a recuperar		-	-	(280)	1.842
Outros valores a receber (circulante e não circulante)		(7.982)	1.155	(13.951)	(479)
Depósitos judiciais	16.b	(177.732)	(179.685)	(157.066)	(180.017)
Despesas pagas antecipadamente		15.626	(16.708)	13.424	(16.619)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a pagar a estabelecimentos		(1.072.650)	1.615.533	(956.531)	1.605.490
Fornecedores		178.319	85.109	203.154	92.635
Impostos e contribuições a recolher		(6.191)	(16.585)	(6.759)	(13.934)
Contas a pagar a controladas e controladas em conjunto		(360)	1.161	-	-
Outras obrigações (circulante e não circulante)					
Pagamento de processos tributários, cíveis e trabalhistas	16.a	(15.026)	(7.175)	(37.900)	(10.223)
Caixa proveniente das operações		3.559.493	3.487.226	3.745.399	3.609.306
Juros pagos	13	(61.390)	(63.164)	(98.031)	(96.136)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.775.123)	(1.482.697)	(1.812.809)	(1.513.716)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.722.980	1.941.365	1.834.559	1.999.454
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital em controladas e "joint ventures"	7	(1.000)	(5.500)	(1.000)	(5.500)
Recebimento de indenização		-	-	-	-
Pagamento do saldo remanescente referente a aquisição de controlada		-	(32.544)	-	(32.544)
Dividendos recebidos de controladas	7	11.873	4.009	-	-
Adições ao imobilizado e intangível, líquido da provisão (reversão) para perdas	8 e 10	(628.075)	(356.651)	(673.387)	(385.325)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(617.202)	(390.686)	(674.387)	(415.180)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aquisição de ações em tesouraria	17.c)	(230.881)	(66.702)	(230.881)	(66.702)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	17.c)	73.458	53.057	73.458	53.057
Captção de empréstimos FINAME e Nota Promissória	13	4.848.580	318.836	4.848.580	318.836
Pagamento de principal de empréstimos	13	(278.477)	(206.481)	(278.477)	(206.481)
IRRF sobre juros sobre o capital próprio pagos	17.g)	(10.020)	(7.410)	(10.020)	(7.410)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	17.g)	(2.007.546)	(1.667.321)	(2.007.546)	(1.667.321)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		2.395.114	(1.576.021)	2.395.114	(1.576.021)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controlada no exterior		-	-	20.373	10.474
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		3.500.892	(25.342)	3.575.659	18.727
Caixa e equivalentes de caixa					
Saldo final	4	3.758.037	257.145	3.998.721	423.062
Saldo inicial	4	257.145	282.487	423.062	404.335
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		3.500.892	(25.342)	3.575.659	18.727

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO**

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013  
(Em milhares de Reais)

Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	
<b>RECEITAS</b>					
Vendas de serviços	20	7.146.616	6.357.492	8.494.167	7.416.883
Perda com créditos incobráveis e "chargebacks"	22	(131.807)	(72.453)	(131.807)	(72.453)
		7.014.809	6.285.039	8.362.360	7.344.430
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>					
Gastos com serviços prestados		(1.562.023)	(1.322.378)	(2.569.381)	(2.103.212)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(617.829)	(504.530)	(526.755)	(430.305)
Outros gastos, líquidos		(90.873)	(105.429)	(112.437)	(129.043)
Perda na realização de ativos		(116)	(376)	(4.624)	(363)
		(2.270.841)	(1.932.713)	(3.213.197)	(2.662.923)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>		4.744.968	4.352.326	5.149.163	4.681.507
<b>RETENÇÕES</b>					
Depreciações e amortizações	8 e 10	(342.548)	(309.912)	(427.360)	(391.211)
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO</b>		4.402.420	4.042.414	4.721.803	4.290.296
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>					
Equivalência patrimonial	7	31.949	17.399	11.479	(2.089)
Participação dos acionistas que não da Cielo S.A.		-	-	(9.086)	(7.075)
Receitas financeiras, incluindo variação cambial líquida e antecipação de recebíveis, líquidas	27	1.779.770	1.126.378	1.783.134	1.128.054
		1.811.719	1.143.777	1.785.527	1.118.890
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b>		6.213.139	5.186.191	6.507.330	5.409.186
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>					
Pessoal e encargos		(249.335)	(188.805)	(390.378)	(288.170)
Participação de colaboradores e administradores no lucro		(68.173)	(54.851)	(88.088)	(69.991)
Impostos, taxas e contribuições		(2.328.374)	(2.030.081)	(2.411.680)	(2.093.397)
Juros provisionados e alugueis		(347.410)	(238.853)	(397.337)	(284.027)
Dividendos pagos	17.g)	(996.846)	(791.300)	(996.846)	(791.300)
Juros sobre o capital próprio pagos	17.g)	(66.800)	(49.400)	(66.800)	(49.400)
Retenção de lucros		(2.156.201)	(1.832.901)	(2.156.201)	(1.832.901)
<b>VALOR ADICIONADO DISTRIBUÍDO</b>		(6.213.139)	(5.186.191)	(6.507.330)	(5.409.186)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	31/12/14	31/12/13	31/12/14	31/12/13	
Outras obrigações (circulante e não circulante)		21.248	12.068	26.913	13.981
Pagamento de processos tributários, cíveis e trabalhistas	16.a	(15.026)	(7.175)	(37.900)	(10.223)
Caixa proveniente das operações		3.559.493	3.487.226	3.745.399	3.609.306
Juros pagos	13	(61.390)	(63.164)	(98.031)	(96.136)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.775.123)	(1.482.697)	(1.812.809)	(1.513.716)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.722.980	1.941.365	1.834.559	1.999.454
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aumento de capital em controladas e "joint ventures"	7	(1.000)	(5.500)	(1.000)	(5.500)
Recebimento de indenização		-	-	-	-
Pagamento do saldo remanescente referente a aquisição de controlada		-	(32.544)	-	(32.544)
Dividendos recebidos de controladas	7	11.873	4.009	-	-
Adições ao imobilizado e intangível, líquido da provisão (reversão) para perdas	8 e 10	(628.075)	(356.651)	(673.387)	(385.325)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(617.202)	(390.686)	(674.387)	(415.180)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aquisição de ações em tesouraria	17.c)	(230.881)	(66.702)	(230.881)	(66.702)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	17.c)	73.458	53.057	73.458	53.057
Captção de empréstimos FINAME e Nota Promissória	13	4.848.580	318.836	4.848.580	318.836
Pagamento de principal de empréstimos	13	(278.477)	(206.481)	(278.477)	(206.481)
IRRF sobre juros sobre o capital próprio pagos	17.g)	(10.020)	(7.410)	(10.020)	(7.410)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	17.g)	(2.007.546)	(1.667.321)	(2.007.546)	(1.667.321)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		2.395.114	(1.576.021)	2.395.114	(1.576.021)
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controlada no exterior		-	-	20.373	10.474
Aumento (redução) do saldo de caixa e equivalentes de caixa		3.500.892	(25.342)	3.575.659	18.727
Caixa e equivalentes de caixa					
Saldo final					



Acordo para criação de uma JV com o Banco do Brasil:  
Em 19 de novembro de 2014, a Cielo comunicou ao mercado que chegou a um acordo para criação de uma "joint venture" com o Banco do Brasil S.A., com o objetivo de gerir as transações oriundas das operações de cartões de crédito e débito, dentre elas a gestão de contas de pagamento, apoio ao gerenciamento e controle da segurança das transações e o pagamento de tarifas as bandeiras e arranjos de pagamentos, sendo remunerada por tais atividades por meio da taxa de intercâmbio sobre as transações de crédito e débito realizadas com cartões emitidos pelo Banco do Brasil dentro do Arranjo Ourocard.

A "joint venture", avaliada em R\$ 11,6 bilhões, terá o seu capital social detido na proporção de 70% pela Cielo e de 30% pelo Banco do Brasil, sendo que o Banco do Brasil aportará ativos relacionados ao Arranjo Ourocard e a Cielo aportará R\$ 8,1 bilhões na operação, valor a ser financiado por meio de emissão de debêntures.

A conclusão da negociação está sujeita ao cumprimento de condições precedentes entre as quais, mas não se limitando, à negociação e assinatura de documentos complementares disciplinando aspectos específicos da operação da "joint venture". As autorizações do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) e Banco Central do Brasil nos termos da Resolução nº 4.062/12 e da Lei nº 12.865/13, foram concedidas em 16 de janeiro de 2015.

## 2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Sociedade compreendem:

As demonstrações financeiras individuais da Sociedade, que foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Controladora (BR GAAP)".

As demonstrações financeiras consolidadas da Sociedade, as quais foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB", e as práticas contábeis adotadas no Brasil, identificadas como "Consolidado (IFRS e BR GAAP)".

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em 23 de dezembro de 2014 foram emitidas alterações ao Pronunciamento Técnico CPC 35 - Demonstrações Separadas em função de alterações feitas na IAS 27 - Separate Financial Statements pelo IASB, com a inclusão da possibilidade da adoção do método da equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas e consequentes alterações nos Pronunciamentos Técnicos CPC 37 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade e CPC 18 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto. Dessa forma, essas demonstrações financeiras individuais passaram a estar em conformidade com as IFRSs a partir de 2014, em virtude de já adotar o método da equivalência patrimonial para valorização dos seus investimentos em controladas, em coligadas e em empreendimentos controlados em conjunto.

### 2.2 Base de elaboração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Sociedade e de apresentação.

A Administração determinou que a moeda funcional de suas controladas no exterior é o dólar norte-americano. Na Cielo USA, o valor preponderante para determinação da moeda funcional foi a captação de empréstimos denominados em dólares norte-americanos para aquisição do controle da Me-S. Esses empréstimos serão liquidados com o caixa gerado nas operações do exterior. Adicionalmente, com relação à Me-S, os fluxos de caixa e os serviços prestados são integralmente em dólares norte-americanos.

Para fins de apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, os ativos e passivos das controladas Cielo USA e Me-S (localizadas nos Estados Unidos da América), originalmente denominadas em dólares norte-americanos, foram convertidos para reais, utilizando-se as taxas de câmbio vigentes no fim do exercício. Os resultados foram convertidos pelas taxas de câmbio médias mensais. As variações cambiais resultantes dessas conversões foram classificadas em resultados abrangentes e acumuladas no patrimônio líquido.

O ágio e os ajustes ao valor justo sobre os ativos e passivos identificáveis adquiridos resultantes da aquisição de uma operação no exterior são tratados como ativos e passivos dessa operação e convertidos pela taxa de câmbio de fechamento no fim de cada exercício. As diferenças cambiais são reconhecidas no patrimônio líquido.

### 2.4 Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares.

As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita de outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade.

A receita com antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida "pro rata temporis", considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da Me-S, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a Me-S manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a Me-S é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto, e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

### 2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor justo, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como instrumentos financeiros, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

### 2.6 Contas a receber operacionais e contas a pagar a estabelecimentos comerciais

a. Antecipação de recebíveis - Contas a receber dos bancos emissores relacionado às operações de antecipações de recebíveis, registrado a valor presente, calculado individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados e utilizando-se as taxas de juros contratadas nessas operações.

b. Valores a receber de transações financeiras processadas - representam principalmente os valores a receber devidos por membros das associações de cartões para transações financeiras processadas pela Me-S que foram autorizadas, mas que ainda não foram recebidas. Tais recebíveis geralmente são liquidados no dia útil seguinte.

c. Valores a receber de estabelecimentos comerciais - representam as taxas de intercâmbio e taxas dos serviços cobrados pelo processamento das transações a receber dos estabelecimentos comerciais, resultado da prática adotada pela Me-S de liquidar as transações pelos valores integrais aos estabelecimentos e de coletar essas taxas no início do mês seguinte.

d. Transações pendentes de repasse - referem-se aos valores das transações realizadas pelos titulares de cartões de crédito e débito emitidos por instituições financeiras, sendo os saldos de contas a receber dos bancos emissores líquidos das taxas de intercâmbio e os saldos de contas a pagar a estabelecimentos comerciais deduzidos das taxas líquidas de administração (taxa de desconto); os prazos de recebimento dos emissores e de pagamento aos estabelecimentos são inferiores a um ano.

e. Valores a liquidar para os estabelecimentos comerciais referentes a transações processadas pela Me-S - são representados por saldos devidos a clientes de transações processadas que ainda não foram pagas. A Me-S paga os estabelecimentos comerciais por valores recebidos das associações de cartões no dia útil seguinte ao dia da captura da transação.

f. Cauções de clientes - a Me-S mantém fundos como um depósito de segurança para se proteger contra o risco de um cliente ir à falência e não ser capaz de pagar pelos serviços prestados. O montante retido de cada cliente é baseado nos fatores de risco associados a este, que incluem, entre outros, o tipo de negócio e o volume de transações realizadas.

### 2.7 Imobilizado

Avaliado ao custo histórico, deduzido das respectivas depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, que leva em consideração a vida útil estimada dos bens. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

### 2.8 Intangível

#### Ativos intangíveis adquiridos separadamente

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados anualmente, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

#### Ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os ativos intangíveis adquiridos em uma combinação de negócios e reconhecidos separadamente do ágio são registrados pelo valor justo na data da aquisição, o qual é equivalente ao seu custo.

#### Ativos intangíveis gerados internamente

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado, quando incorridos.

#### Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis, excluindo o ágio

Anualmente, e se houver evidência, o Grupo revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

### 2.9 Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida

e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

### 2.10 Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação do negócio, líquido da perda acumulada no valor recuperável, se houver. Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável.

Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos.

### 2.11 Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

#### Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Sociedade está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

#### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido. Nesses casos, os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

### 2.12 Benefícios a empregados

A Sociedade é copatrocinadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em um percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que concedem direito a esses pagamentos são prestados.

### 2.13 Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança. O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

### 2.14 Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, quando aplicável, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 17.(g). Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

### 2.15 Plano de opções de ações

A Sociedade oferece a seus administradores e a alguns de seus colaboradores, bem como aos de sua controlada Servinet plano de opção de compra de ações. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

### 2.16 Ativos e passivos financeiros

#### a. Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

#### Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando: (i) é adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto; (ii) é parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo; (iii) é um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de "hedge" em uma contabilização de "hedge". Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

#### Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

#### Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

#### Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente. Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

### b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

#### Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

#### Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento.

### 2.17 Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no exercício demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos POS), imposto de renda e contribuição social diferidos, valorização de instrumentos financeiros derivativos, redução ao valor recuperável do ágio e provisão para riscos. Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas no mínimo anualmente.

### 2.18 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As novas IFRS emitidas pelo IASB e ainda não em vigor são:

- **IFRS 9** - Instrumentos Financeiros - introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018);
- **IFRS 15** - Receita de Contratos com Clientes - introduz novas exigências para o reconhecimento da receita de bens e serviços (em vigor para exercícios anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017).

A Administração da Sociedade avaliou essas novas IFRS e não espera efeitos significativos sobre os valores reportados.

### 2.19 Regulamentação do Banco Central do Brasil (BACEN)

Em razão da Lei nº 12.865, publicada em 09 de outubro de 2013, a Companhia passou a estar sujeita à regulação do Banco Central do Brasil (BACEN), conforme diretrizes estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) e pela regulamentação editada pelo próprio Banco Central. Neste sentido, a Companhia está sujeita à autorização de funcionamento pelo Banco Central bem como ao cumprimento de regras, que abrangem, dentre outros, gestão de risco, níveis mínimos de Patrimônio Líquido e o cumprimento de requisitos semelhantes aos de uma Instituição Financeira. A Administração está tomando as providências necessárias e realizando adequações visando estar em plena conformidade com a recente regulamentação a partir da concessão da autorização pelo Banco Central.

A Sociedade já realizou o protocolo do pedido de autorização e aguarda manifestação do Banco Central.

## 3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas. O controle é obtido quando a Sociedade tem o poder de controlar as políticas financeiras e operacionais de uma empresa para auferir benefícios de suas atividades. Nas demonstrações financeiras individuais da Sociedade, as informações financeiras das controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

Os resultados das controladas adquiridas durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do resultado a partir da data da efetiva aquisição. O saldo do resultado é atribuído aos proprietários da Sociedade e às participações não controladoras mesmo se essas participações apresentarem resultado negativo.

Quando necessário, as demonstrações financeiras das controladas são ajustadas para adequar suas práticas contábeis àquelas estabelecidas pelo Grupo. Todas as transações, saldos, receitas e despesas entre as Empresas do Grupo são eliminados integralmente nas demonstrações financeiras consolidadas.

Para as controladas, foi aplicado o conceito de consolidação integral, o qual trata os investimentos em controladas para reconhecer a totalidade de seus ativos, passivos, receitas e despesas na controladora, tornando-se, assim, necessário o reconhecimento da participação dos acionistas não controladoras.

As demonstrações financeiras consolidadas contemplam os saldos das contas da Sociedade (controladora), das controladas diretas Multidisplay, Servinet, Braspag e Cielo USA e das controladas indiretas Me-S e M4Produtos.

### Informações por segmento de negócio

A Sociedade possui um único segmento de negócio, informação essa reportada de forma consistente com os relatórios internos fornecidos ao principal tomador de decisões operacionais ("Chief Operating Decision-Maker - CODM"). Esse segmento é oriundo da prestação de serviços relacionados à captura e ao processamento de transação com cartões de crédito e débito, outros meios de pagamentos e serviços correlatos. Com relação às informações sobre a área geográfica, a Sociedade possui operações realizadas no Brasil e nos Estados Unidos da América, através de suas controladas Me-S e Cielo USA.

### 3.1 Controladas diretas (controle individual) e indiretas

A lista a seguir apresenta as participações nas subsidiárias consolidadas:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Controladas diretas:				
Servinet	99,99	99,99	99,99	99,99
Cielo USA	100,00	100,00	100,00	100,00
Multidisplay	50,10	50,10	50,10	50,10
Braspag	99,99	99,99	99,99	99,99
Aliança*	99,99	-	99,99	-
Controladas indiretas:				
M4Produtos	50,10	50,10	50,10	50,10
Me-S	100,00	100,00	100,00	100,00

(\*) A Aliança foi constituída no exercício e não realizou qualquer atividade operacional, não operacional, patrimonial ou financeira até o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das controladas diretas e indiretas em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e as principais rubricas da demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	31/12/2014					
	Servinet	Multidisplay	Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA
<b>Ativo:</b>						
Circulante	39.243	19.734	84.702	16.569	571.012	6.127
Não circulante	25.379	43.279	23.297	14.905	237.499	2.231.408
<b>Total do ativo</b>	<b>64.622</b>	<b>63.013</b>	<b>107.999</b>	<b>31.474</b>	<b>808.511</b>	<b>2.237.535</b>
<b>Total do ativo em 2013</b>	<b>79.330</b>	<b>50.192</b>	<b>79.249</b>	<b>26.372</b>	<b>604.289</b>	<b>2.002.332</b>
<b>Passivo e patrimônio líquido:</b>						
<b>líquido:</b>						
Circulante	25.611	15.934	80.786	4.634	451.522	3.993
Não circulante	16.484	-	1.769	15	7.402	1.404.494
Patrimônio líquido	22.527	47.079	25.444	26.825	349.587	829.048
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>64.622</b>	<b>63.013</b>	<b>107.999</b>	<b>31.474</b>	<b>808.511</b>	<b>2.237.535</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido em 2013</b>	<b>79.330</b>	<b>50.192</b>	<b>79.249</b>	<b>26.372</b>	<b>604.289</b>	<b>2.002.332</b>

	31/12/2014					
	Servinet	Multidisplay	Produtos	Braspag	Me-S	Cielo USA
<b>Resultado:</b>						
Receita líquida	124.287	193.139	70.784	29.693	1.039.476	-
Lucro (prejuízo) bruto	121.788	9.828	40.349	15.615	292.544	(55.437)



**5. CONTAS A RECEBER OPERACIONAIS**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Antecipação de recebíveis (a)	9.112.285	8.272.708	9.112.285	8.272.708
Valores a receber de transações financeiras processadas (b)	-	-	275.193	173.502
Valores a receber de estabelecimentos comerciais (c)	-	-	103.457	86.446
Trava de domicílio bancário (d)	11.952	11.593	11.952	11.593
Serviço de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte (e)	7.294	6.142	7.294	6.142
Contas a receber de serviços de "mobile payment" (f)	-	-	78.162	59.682
Contestações de portadores de cartões de crédito - "chargeback" (g)	43.512	21.772	43.512	21.772
Outras contas a receber	4.552	2.392	9.534	6.664
<b>Total</b>	<b>9.179.595</b>	<b>8.314.607</b>	<b>9.641.389</b>	<b>8.638.509</b>

(a) O saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais referente a transações de cartões que serão recebidas dos bancos emissores de cartão em até 360 dias da data de antecipação aos estabelecimentos comerciais. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014, o referido montante está líquido do ajuste a valor presente referente à receita financeira recebida antecipadamente na data da liberação do numerário, no total de R\$292.596 (R\$225.507 em 31 de dezembro de 2013), uma vez que está relacionado à antecipação de recebíveis por vendas a crédito à vista e parcelado, cujo vencimento original ocorreria após as datas dos balanços.

(b) Corresponderem a saldos a receber registrados na controlada Me-S. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela Me-S até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à Me-S os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores. (c) São representados pelo adiantamento das taxas de intercâmbio que a controlada Me-S realiza para os estabelecimentos comerciais durante o mês. Essas taxas de intercâmbio, bem como a comissão sobre os serviços prestados pela Me-S, são recebidas no início do mês subsequente àquele em que ocorreram as transações.

(d) A Sociedade oferece aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário mediante autorização prévia do estabelecimento comercial para bloquear qualquer transferência de recebíveis desse estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.

(e) Contas a receber da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte.

(f) Contas a receber referentes a serviços de pagamentos eletrônicos realizados pelas controladas M4Produtos e Multidisplay através de aparelhos celulares e venda de créditos telefônicos com cartões de crédito e débito.

(g) Corresponderem substancialmente a saldos a receber de contestação de portadores de cartão de crédito ("chargeback").

O saldo da rubrica "Contas a receber operacionais", por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
A vencer	9.136.083	8.292.835	9.597.877	8.616.737
Vencidos até 45 dias	43.512	21.772	43.512	21.772
<b>Total</b>	<b>9.179.595</b>	<b>8.314.607</b>	<b>9.641.389</b>	<b>8.638.509</b>

**6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

**Imposto de renda e contribuição social - diferidos:**

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indedutíveis, e estão classificados no ativo não circulante e passivo não circulante.

**7. INVESTIMENTOS**

As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas e controladas em conjunto ("joint ventures") referente ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas demonstrações financeiras individuais estão demonstradas no quadro abaixo.

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) ajustado		Lucro (prejuízo) do exercício		Participação - %		Resultado de equivalência patrimonial		Investimentos	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Controladas:										
Servinet	22.527	22.374	6.153	4.781	99,99	99,99	6.153	4.781	22.527	22.374
Multidisplay	63.452	56.966	18.209	14.109	50,10	50,10	9.122	7.069	31.790	28.540
Braspag	26.825	22.514	4.311	4.271	99,99	99,99	4.311	4.271	26.825	22.514
Cielo USA	829.048	730.365	884	3.367	100,00	100,00	884	3.367	829.048	730.365
<b>Total controladas</b>							<b>20.470</b>	<b>19.488</b>	<b>910.190</b>	<b>803.973</b>
Controladas em conjunto:										
Orizon (a)	157.891	129.064	28.827	8.365	40,95	40,95	11.805	3.425	58.776	46.972
Paggo (b)	181	(1.167)	(652)	(11.028)	50,00	50,00	(326)	(5.514)	91	(584)
<b>Total controladas em conjunto</b>							<b>11.479</b>	<b>(2.089)</b>	<b>58.867</b>	<b>46.388</b>
<b>Total</b>							<b>31.949</b>	<b>17.399</b>	<b>969.057</b>	<b>850.181</b>

(a) O valor de R\$5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ágio inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.

(b) O investimento reconhecido pela Cielo contempla ajustes realizados no balanço de abertura da controlada Paggo em decorrência da aplicação dos procedimentos de alocação do preço de compra, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, substancialmente representado pela provisão para perdas na plataforma de softwares, conforme descrito na nota explicativa nº 9.

Principais informações financeiras referente às controladas de forma indireta e controladas em conjunto de forma indireta.

	Lucro (prejuízo) do exercício		Participação - %	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Prevsáude	13.041	6.863	6.178	3.807
Precisa (c)	-	9.339	2.747	(5.817)
Guilher (30)	163	(193)	(278)	40,95
M4Produtos	25.444	20.628	16.321	12.479
Me-S	349.587	274.906	58.696	58.430
<b>Total</b>			<b>100,00</b>	<b>100,00</b>

(c) Em 20 de março de 2014, houve a alienação integral da controlada em conjunto Precisa para outro grupo econômico.

Na consolidação das demonstrações financeiras das controladas diretas Multidisplay e Braspag, bem como as controladas indiretas M4Produtos e Me-S, foram utilizadas as demonstrações financeiras de 30 de novembro de 2014 para efeito de cálculo dos investimentos em 31 de dezembro de 2014. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial referem-se ao período de doze meses findo em 30 de novembro de 2014.

A Sociedade possui investimentos em controladas no exterior cujas demonstrações financeiras foram originalmente elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP"). Não são efetuados ajustes às demonstrações financeiras das controladas no exterior, uma vez que não há diferenças relevantes em relação às práticas contábeis adotadas no Brasil e às IFRSs.

A movimentação dos investimentos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2012</b>			<b>738.041</b>	<b>42.977</b>
Aumento de capital:				
Paggo		5.500		5.500
Variação cambial sobre investimento no exterior		93.250		-
Dividendos recebidos:				
Multidisplay		(4.009)		-
Equivalência patrimonial		17.399		(2.089)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2013</b>			<b>850.181</b>	<b>46.388</b>
Aumento de capital:				
Paggo		1.000		1.000
Variação cambial sobre investimento no exterior		97.800		-
Dividendos recebidos:				
Multidisplay		(5.873)		-
Servinet		(6.000)		-
Equivalência patrimonial		31.949		11.479
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2014</b>			<b>969.057</b>	<b>58.867</b>

**8. IMOBILIZADO**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
<b>Taxa anual de depreciação - %</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação acumulada</b>	<b>Líquido</b>	<b>Líquido</b>
Equipamentos POS (*)	33	1.515.207	(901.442)	613.765
Equipamentos de processamento de dados	20	122.952	(48.198)	74.754
Máquinas e equipamentos	10	40.521	(39.423)	1.098
Instalações	10	17.233	(9.556)	7.677
Móveis e utensílios	10	7.598	(4.377)	3.221
Veículos	20	1.740	(981)	759
<b>Total</b>		<b>1.705.251</b>	<b>(1.003.977)</b>	<b>701.274</b>

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Taxa anual de depreciação - %	
	31/12/2014	31/12/2013	Custo	Depreciação acumulada
Equipamentos POS (*)	33	1.516.020	(902.031)	613.989
Equipamentos de processamento de dados	20	145.468	(60.170)	85.298
Máquinas e equipamentos	10	49.962	(46.221)	3.741
Instalações	10	32.082	(16.518)	15.564
Móveis e utensílios	10	10.687	(6.214)	4.473
Veículos	20	1.839	(989)	850
<b>Total</b>		<b>1.756.058</b>	<b>(1.032.143)</b>	<b>723.915</b>

A movimentação do imobilizado nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014
Equipamentos POS (*)	442.132	499.575	(28.326)	(299.616)
Equipamentos de processamento de dados	43.033	45.577	-	(13.856)
Máquinas e equipamentos	1.039	554	-	(495)
Instalações	6.617	2.037	-	(977)
Móveis e utensílios	3.181	703	-	(563)
Veículos	1.047	192	(253)	(327)
<b>Total</b>	<b>497.049</b>	<b>548.638</b>	<b>(28.579)</b>	<b>(315.834)</b>
<b>Total em 2013</b>	<b>486.301</b>	<b>326.115</b>	<b>(25.440)</b>	<b>(289.927)</b>

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

**a. Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos	403.111	342.773	408.715	354.122
Provisão para despesas diversas	236.184	156.745	244.405	160.524
Ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis	99.483	76.672	99.483	76.672
Provisão para perdas com equipamentos POS	4.131	1.224	4.131	1.224
Efeito sobre alocação de preço de aquisição de controlada	-	(1.554)	-	-
<b>Total</b>	<b>742.909</b>	<b>575.860</b>	<b>756.734</b>	<b>592.542</b>

**b. Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no exterior**

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013
Diferenças temporárias:		
Valor justo dos ativos intangíveis da Me-S, adquirida em 2012	337.263	317.939
Outras diferenças temporárias	7.402	7.655
<b>Total</b>	<b>344.665</b>	<b>325.594</b>

O imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo em 31 de dezembro de 2014, conforme demonstrado no item 6 (a), foram constituídos sobre diferenças temporárias. Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis e provisão para perdas com equipamentos POS, no montante de R\$ 339.798 (R\$ 348.019 no consolidado) serão realizados durante o exercício de 2015. A parcela dos créditos tributários sobre provisões para riscos, no montante de R\$ 403.111 (R\$ 408.715 no consolidado), serão realizadas quando do desfecho final de cada ação, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 16.

**Imposto de renda e contribuição social - correntes**

A seguir está demonstrada a taxa efetiva do imposto de renda e da contribuição social para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	4.782.631	4.017.604	4.807.868	4.038.657
Alíquotas vigentes - %	34	34	34	34
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(1.626.095)	(1.365.985)	(1.634.675)	(1.373.143)
Benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio	45.424	32.436	45.424	32.436
Perda no valor recuperável de ágio	-	(10.363)	-	(10.363)
Benefício fiscal de P&D ("Lei do bem")	10.037	7.139	10.037	7.139
Efeito sobre diferenças permanentes, líquidas	7.850	(7.230)	279	(14.050)
Imposto de renda e contribuição social	(1.562.784)	(1.344.003)	(1.578.935)	(1.357.981)
Correntes	(1.729.834)	(1.482.315)	(1.763.725)	(1.511.941)
Diferidos	167.050	138.312	184.790	153.960

As doações para Atividades Culturais e Artísticas ("Lei Rouanet"), Desportivas, Programa Nacional de Apoio à Atenção da Saúde da Pessoa com Deficiência (PRONAS) e para o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente são registradas na rubrica "Despesa de imposto de renda - corrente". Os incentivos fiscais registrados como despesa de imposto de renda - corrente, na controladora e no consolidado, totalizaram R\$ 29.306 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 25.690 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013).

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Equipamentos POS (*)	442.437	499.584	(28.339)	(299.677)
Equipamentos de processamento de dados	52.330	49.554	(24)	(16.082)
Máquinas e equipamentos	2.849	2.147	(1)	(970)
Instalações	12.425	4.954	(6)	(1.809)
Móveis e utensílios	4.140	1.105	(15)	(756)
Veículos	1.147	290	(253)	(334)
<b>Total</b>	<b>515.328</b>	<b>557.634</b>	<b>(28.638)</b>	<b>(319.628)</b>
<b>Total em 2013</b>	<b>499.206</b>	<b>339.327</b>	<b>(29.648)</b>	<b>(294.276)</b>

(\*) Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, está contabilizada provisão para perdas de equipamentos POS, nos montantes de R\$ 3.715 e R\$ 3.599, respectivamente, como redutora do saldo da respectiva rubrica.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Sociedade não possuía saldos de arrendamento financeiro a pagar.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, a Sociedade possui contratos de empréstimos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES (FINAME) para aquisição de novos equipamentos POS, conforme descrito na nota explicativa nº 13.(a).

**9. ÁGIO NA AQUISIÇÃO DE INVESTIMENTOS**

A composição analítica dos ágios em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 está apresentada a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Multidisplay:				



valores obtidos com as metodologias "Relief-from-Royalty" (a um "royalty fee" de 16%) e "Cost Approach - Third-party Cost Estimates". A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 15 anos.

(b) Desenvolvimento de projetos - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar o faturamento e a receita da Sociedade e de suas controladas.

Existem outros intangíveis gerados pela alocação do preço pago na aquisição do controle da M4U, da Braspag e da Me-S, em agosto de 2010, maio de 2011 e agosto de 2012, respectivamente. Esses intangíveis foram contabilizados com base em laudos elaborados por empresas independentes especializadas naquelas datas, e os critérios para determinação desses ativos intangíveis estão descritos a seguir:

(c) Relacionamento com clientes:

• **Braspag** - O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes, que foi avaliada pela metodologia "Income Approach" considerando o saldo de clientes ativos e o respectivo "churn rate", utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.

• **Me-S** - A carteira de clientes da Me-S foi classificada em três principais grupos: "e-commerce", "bank customer" e "B2B/Outros". Cada carteira foi avaliada separadamente, pela metodologia "Excess Earnings", respeitando-se suas características específicas e individuais. Como taxa de desconto, foi utilizada a de 10% ao ano para as carteiras "e-commerce" e "bank customer" e 11% para "B2B/Outros". A estimativa da vida útil utilizada foi baseada nos anos em que cada carteira atinge aproximadamente 80% e 90% do valor do fluxo de caixa descontado acumulado, tendo sido adotado um intervalo entre o menor valor e o maior valor apurado.

(d) Acordo de não competição:

• **Multidisplay e M4U** - O valor do acordo de não competição ("with and without") foi calculado pela metodologia "Income Approach", utilizando uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.

• **Me-S** - Com relação ao acordo de não competição, a Me-S firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company ("CB&T"), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da CB&T em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia "With and Without", e sua vida útil teve como base a data de término do contrato.

Adicionalmente, a Cielo USA firmou acordo de não competição com aproximadamente dez funcionários, com vencimento em 18 meses após o encerramento da transação. O valor justo desse acordo foi estimado pela metodologia "With and Without", e sua vida útil teve como base a data do término do acordo.

(e) Contratos de serviços:

• **Multidisplay e M4U** - Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.

• **Me-S** - Com relação a contratos de serviços, a Me-S, quando da aquisição da carteira de clientes da CB&T, firmou contrato segundo o qual teria preferência na indicação de novos clientes. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia "Excess Earnings", e sua vida útil teve como base a data do término do contrato, ou seja, 2020.

(f) Marca - avaliada pela metodologia "Relief-from-Royalty", tendo como premissa a taxa de "royalty" de 0,3% baseada em parâmetros obtidos da "Royalty Source Intellectual Property Database", e uma taxa de desconto de 10%.

A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2013	Adições	Amortizações	31/12/2014
Software	53.080	79.321	(20.228)	112.173
Desenvolvimento de projetos	11.476	-	(1.454)	10.022
Relacionamento com clientes	365	-	(48)	317
Acordo de não competição	5.546	-	(1.386)	4.160
Contratos de serviços	3.598	-	(3.598)	-
Total	74.065	79.321	(26.714)	126.672
Total em 2013	63.890	30.160	(19.985)	74.065

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	31/12/2013	Adições	Baixas	Amortizações	31/12/2014
Software	319.939	97.832	(3.119)	(44.295)	317.900
Desenvolvimento de projetos	70.708	17.606	(2.265)	(14.888)	71.161
Relacionamento com clientes	559.504	-	-	(24.812)	534.692
Acordo de não competição	102.078	-	(122)	(18.370)	83.586
Contratos de serviços	23.568	199	-	(4.686)	23.081
Marcas	5.886	-	-	(682)	5.204
Total	1.081.683	115.637	(5.506)	(107.733)	1.206.992
Total em 2013	1.005.988	45.622	(1.002)	(96.935)	1.081.683

As despesas com amortização de intangível foram registradas nas rubricas "Despesas gerais e administrativas" e "Custo dos serviços prestados" na demonstração do resultado.

### 11. ANTECIPAÇÃO DE RECEÍVEIS COM EMISSORES

A Sociedade efetua antecipação de valores a serem recebidos dos bancos emissores referentes às transações feitas pelos portadores de cartões, que serão repassados aos estabelecimentos comerciais no prazo de liquidação acordado. Essas antecipações possuem prazo médio de 9,3 dias úteis e a taxa média ponderada de encargos financeiros praticada em 31 de dezembro de 2014 é de 102,17% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (103,37% do CDI em 31 de dezembro de 2013).

Os valores devidos pelos portadores de cartões de crédito por intermédio dos bancos emissores e os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de compensação.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, na controladora e no consolidado, os saldos correspondentes de antecipação de recebíveis com bancos emissores são de R\$ 2.250.035 e de R\$ 3.282.460, respectivamente.

Em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, os saldos correspondentes de repasses são:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Saldos a pagar a estabelecimentos comerciais	59.169.854	55.727.256	-	-
Saldos a receber de bancos emissores	(58.239.784)	(54.888.768)	-	-
Total	930.070	838.488	-	-

Adicionalmente à prestação de serviços de repasse dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão de qualquer forma os repasses das transações de cartões de crédito. Conforme descrito na nota explicativa nº 28.(c), a Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos emissores dos cartões, com o intuito de proteger-se quanto a eventual risco de "default" dessas instituições. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

### 12. CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Transações pendentes de repasse (a)	930.070	838.488	930.070	838.488
Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais (b)	-	-	271.685	192.826
Cauções de clientes (c)	-	-	128.421	91.161
Total	930.070	838.488	1.330.176	1.122.475

(a) Transações pendentes de repasse - As transações pendentes de repasse correspondem à diferença entre os valores recebidos dos emissores de cartão referentes às transações feitas pelos portadores de cartões e os montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais. De forma geral, o prazo de liquidação dos emissores de cartão de crédito para a Sociedade é de 28 dias e o prazo médio de liquidação da Sociedade com os estabelecimentos comerciais é de 30 dias. Portanto, esse saldo a pagar em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 corresponde ao "float" de aproximadamente dois dias.

(b) Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais - Representados por valores devidos pela controlada Me-S a seus estabelecimentos comerciais, referentes a transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações.

(c) Cauções de clientes - A controlada Me-S requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou falência do estabelecimento comercial.

### 13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
FINAME (a)	430.450	449.911	430.450	449.911
Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds" (b)	1.244.021	1.094.730	2.315.245	2.038.574
Notas Promissórias (c)	4.594.047	-	4.594.047	-
Total	6.268.518	1.544.641	7.339.742	2.488.485
Circulante	4.829.609	269.555	4.833.602	273.110
Não circulante	1.438.909	1.275.086	2.506.140	2.215.375
Total	6.268.518	1.544.641	7.339.742	2.488.485

#### (a) FINAME

A taxa média ponderada de encargos financeiros é de 4,98% ao ano em 31 de dezembro de 2014 (5,08% ao ano em 31 de dezembro de 2013).

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES relativa a operações de repasse de FINAME, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES. O referido repasse ocorre por meio da concessão de crédito à Sociedade, gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro que contratam com a Sociedade as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens adquiridos através de FINAME.

#### (b) Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds"

Em novembro de 2012, a Sociedade e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de "bonds" no valor total de US\$875 milhões, sendo US\$470 milhões emitidos pela Sociedade e US\$405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado pela Cielo USA foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da Me-S. Com relação à Sociedade, tais recursos foram utilizados para o fomento de capital de giro.

O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal em novembro de 2022.

Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses "bonds" (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Não há cláusulas de "covenants" financeiros em relação à operação financeira de emissão de "bonds".

### (c) Notas Promissórias

Em 29 de dezembro de 2014, a companhia emitiu Notas Promissórias com prazo de vigência de até 180 dias contados da data de emissão. O valor total da emissão foi de R\$ 4.600.000, composta por 460 Notas Promissórias, com valor nominal unitário de R\$10.000. A remuneração das Notas Promissórias contemplará juros remuneratórios baseados na variação percentual acumulada de 106,50% da taxa média diária de juros dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extra grupo, expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP. A Remuneração será paga integralmente em 1 única parcela na data de vencimento.

Para essa operação a Companhia incorreu em custos diretamente relacionados ao processo de emissão no montante de R\$ 10.374, que serão apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Não existem cláusulas de "covenants" financeiros em relação à operação financeira de emissão das Notas Promissórias.

A mutação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.290.267	2.114.138
Novas captações	318.836	318.836
Pagamento de principal	(206.481)	(206.481)
Varição cambial (principal e juros)	140.600	261.307
Juros provisionados e encargos apropriados	64.583	96.821
Juros pagos	(63.164)	(96.136)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.544.641	2.488.485
Novas captações	4.848.580	4.848.580
Pagamento de principal	(278.477)	(278.477)
Varição cambial (principal e juros)	149.193	276.598
Juros provisionados e encargos apropriados	65.971	102.587
Juros pagos	(61.390)	(98.031)
Saldo em 31 de dezembro de 2014	6.268.518	7.339.742

### Hedge Accounting

O Grupo designou a captação de recursos de terceiros, através da emissão dos "bonds" como instrumento financeiro de "hedge" para riscos relacionados à moeda estrangeira, como "hedge de investimentos líquidos em operações no exterior".

Na data da captação dos recursos financeiros relacionados à emissão dos "bonds", a Sociedade documentou a relação entre o instrumento de "hedge" e o item objeto da proteção demonstrando seus objetivos e as estratégias de gestão de risco. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Sociedade documenta se o instrumento de "hedge" usado em uma relação de "hedge" é efetivo na compensação das mudanças de valor justo.

Para os "hedges" de investimentos líquidos em operações no exterior, os ganhos ou as perdas relativos à parcela efetiva do instrumento de "hedge" são reconhecidos em "Resultados abrangentes" e acumulados na rubrica "Variação cambial de empréstimo no exterior". Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva, se existirem, são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício.

Os ganhos e as perdas do instrumento de "hedge" relativo à parcela efetiva acumulada na reserva de conversão de moeda estrangeira serão reclassificados para o resultado quando da alienação do investimento no exterior.

A Sociedade prevê a necessidade de renovação ou de contratação de nova operação no caso em que o instrumento financeiro apresente vencimento anterior ao do item objeto de "hedge".

### Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante

A composição do saldo da rubrica "Empréstimos e financiamentos" classificados como não circulante em 31 de dezembro de 2014, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
	31/12/2014	31/12/2013
2015	112.505	112.505
2016	87.128	87.128
2022	1.239.276	2.306.570
Total	1.438.909	2.506.140

### 14. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Imposto de renda e contribuição social, líquidos de antecipações	371.416	466.818	372.163	471.360
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins	21.296	21.389	22.517	22.777
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	20.503	19.090	20.821	20.020
Imposto Sobre Serviços - ISS	7.297	8.348	9.255	10.246
Programa de Integração Social - PIS	8.071	7.990	8.463	8.418
Outros tributos a recolher	7.858	4.379	9.329	5.663
Total	436.441	528.014	442.548	538.484

### 15. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Passivo circulante:				
Provisão para despesas diversas	67.613	64.781	67.669	65.030
Provisão para férias e encargos	21.814	18.498	31.881	26.369
Participação dos colaboradores e diretores no lucro	68.174	54.851	91.900	69.991
Outros valores a pagar	-	-	43.613	35.367
Total	157.601	138.130	235.063	196.757
Passivo não circulante:				
Outros valores a pagar	5.767	3.991	13.292	9.749
Total	163.368	142.121	248.355	206.506

### 16. PROVISÃO PARA RISCOS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

#### a. Provisão para riscos

A Sociedade e suas controladas são parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outros assuntos. A Administração, com base nas informações de seus assessores jurídicos, na análise das demandas judiciais pendentes e na experiência anterior referente às quantias reivindicadas nas ações trabalhistas, cíveis e tributárias, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir os prováveis desembolsos futuros de caixa estimados com as ações em curso, como segue:

	Controladora (BR GAAP)			
	Baixas	Atualizações	Pagamentos	31/12/2014
Tributárias	939.601	164.813	(453)	1.171
Cíveis	18.236	17.622	(11.556)	1.731
Trabalhistas	71.066	27.898	(10.405)	729
Total	1.028.903	210.333	(22.414)	3.631
Total em 2013	819.121	229.409	(15.324)	2.872

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	Baixas	Atualizações	Pagamentos	31/12/2014
Tributárias	960.226	165.474	(771)	1.173
Cíveis	19.945	17.622	(11.557)	1.733
Trabalhistas	83.853	40.820	(17.738)	755
Total	1.064.024	223.916	(30.066)	3.659
Total em 2013	853.026	235.515	(17.226)	2.932

(i) Correspondem substancialmente ao complemento da provisão para riscos tributários, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013, referente a tributos com exigibilidade suspensa, registrada em contrapartida às rubricas "Impostos sobre serviços" e "Outras despesas operacionais, líquidas", e ao complemento das provisões para riscos cíveis e trabalhistas, representadas por novos processos e por mudanças na avaliação do risco de perda dos processos efetuada pelos assessores jurídicos, que foram registradas em contrapartida à rubrica "Outras despesas operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

(ii) Substancialmente representadas pela reversão de provisão para riscos cíveis e trabalhistas em virtude de prescrição, processos encerrados ou mudança na avaliação do risco de perda pelos assessores jurídicos da Sociedade e de suas controladas.

(iii) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade e suas controladas, por acordos judiciais ou decisões desfavoráveis, efetivaram a liquidação de 1.602 ações cíveis e trabalhistas, no montante total de R\$ 14.910 e R\$ 16.814 na Controladora e no Consolidado, respectivamente.

Além disso, a Sociedade e suas controladas efetuarão o pagamento de 4 processos tributários, no montante de R\$116 e R\$21.086, respectivamente, sendo R\$20.970 realizado mediante conversão de depósitos judiciais em renda da União, em decorrência da adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (Refis), instituído pela Lei 11.941/09 e suas alterações.

#### Processos cíveis

Referem-se substancialmente à cobrança de transações realizadas por meio do sistema da Sociedade que não foram repassadas aos estabelecimentos comerciais em virtude do descumprimento de cláusulas que compõem o contrato de afiliação, adicionadas de indenizações pelos prejuízos causados pelas transações não repassadas à época. Em 31 de dezembro de 2014, a provisão para perdas prováveis em ações cíveis é de R\$18.194 na controladora e R\$19.902 no consolidado, e o saldo de depósito judicial é de R\$5.213 na controladora e R\$5.231 no consolidado.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2014, existem ações civis públicas e inquéritos civis, geralmente movidos pelo Ministério Público ou por associações, cuja intenção é defender interesses coletivos (como direitos do consumidor e direitos trabalhistas). As decisões pronunciadas pela Justiça nesses casos podem conceder direito a grupos de pessoas (mesmo sem sua concordância). Em muitas situações, a definição do grupo em aproveitar uma eventual decisão favorável só é feita após a decisão final.

#### Processos trabalhistas

Referem-se a diversas demandas trabalhistas que, em 31 de dezembro de 2014, incluem 275 ações trabalhistas contra a Sociedade e 68 contra as controladas, totalizando 343 ações. Dentre essas ações, 131 foram movidas por ex-empregados e as 212 restantes foram movidas por empregados de terceiros contratados, alguns dos quais pleiteando o reconhecimento de vínculo empregatício.

As



**f. Reserva de lucros - orçamento de capital**

Em 31 de dezembro de 2013, foi constituída reserva de lucros através da retenção de parte do lucro líquido do exercício de 2013 em R\$772.081, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008. Adicionalmente, foi complementada reserva de lucros a partir do resultado advindo da alteração de política contábil, referente ao reconhecimento de receita proveniente de comissão de vendas parceladas em R\$127.054, composto por R\$115.503 registrado no balanço de abertura datado em 31 de dezembro de 2011, e R\$ 11.551 registrado no resultado do exercício de 2012.

A retenção referente ao exercício de 2013, bem como sobre o efeito da alteração de prática contábil, em R\$ 899.135, está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração no dia 28 de janeiro de 2014, e foi submetido à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária realizada em 31 de março de 2014. A proposta de orçamento de capital está justificada pela necessidade de aplicação em capital de giro, que visará substancialmente fomentar a operação de recebíveis ("ARV"). O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2014 é de R\$2.060.773 (R\$1.551.385 em 31 de dezembro de 2013).

**g. Dividendos e juros sobre o capital próprio**

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, respeitados os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos à conta de lucro. Poderá ainda o Conselho de Administração declarar dividendos intermediários à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas. Durante a reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de janeiro de 2014, foi deliberada a distribuição de complemento dos dividendos e juros sobre o capital próprio sobre os lucros, com base nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2013, nos montantes de R\$914.820. Esses dividendos foram pagos aos acionistas em 31 de março de 2014.

Conforme ata de reunião do Conselho da Administração realizada em 28 de agosto de 2014, foi deliberada a distribuição de 70% do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2014, no montante de R\$1.063.646, sendo R\$66.800 a título de juros sobre o capital próprio e R\$996.846 a títulos de dividendos. Os proventos foram pagos aos acionistas em 30 de setembro de 2014.

Adicionalmente, em 28 de janeiro de 2015, o Conselho de Administração aprovou, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 27 de março de 2015, a proposta de pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, nos montantes de R\$702.880 e R\$66.800, respectivamente, referentes aos resultados auferidos no segundo semestre de 2014, que, somados aos dividendos e juros sobre o capital próprio de R\$1.063.646 pagos em setembro de 2014, correspondem a uma distribuição de 59,9% do lucro líquido auferido no exercício de 2014.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício	3.219.847	2.673.601
Reserva de lucros - reserva legal	(160.992)	(100.000)
Base de cálculo dos dividendos mínimos	3.058.855	2.573.601
Dividendos intercalares pagos	996.846	791.300
Juros sobre o capital próprio pagos	66.800	49.400
Dividendos provisionados	419.021	414.410
Juros sobre o capital próprio provisionados	66.800	46.000
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(20.040)	(14.309)
Dividendo mínimo obrigatório anual - 50%	1.529.427	1.286.801
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	283.859	500.410

**18. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO**

**a. Movimentação do número de ações ordinárias**

Ações emitidas	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2013	785.408.414
Exercício de opção de compra de ações:	
Janeiro de 2014	2.024
Fevereiro de 2014	5.427
Março de 2014	149.987
Recuperação de ações em tesouraria - Janeiro de 2014	(1.165.300)
Recuperação de ações em tesouraria - Fevereiro de 2014	(1.285.000)
Recuperação de ações em tesouraria - Março de 2014	(164.700)
Efeito de bonificação de ações	782.950.852
Recuperação de ações em tesouraria - Abril de 2014	(94.734)
Abril de 2014	28.355
Maio de 2014	8.676

Data de outorga	Quantidade de ações			Preço de exercício (R\$ por ação)	Valor justo das opções (R\$ por ação)
	Outorgadas	Canceladas	Exercidas		
Julho de 2010	1.073.680	(285.628)	(1.050.713)	163.314	13,89
Julho de 2011	1.315.854	(229.872)	(1.933.415)	262.413	10,85
Julho de 2012	987.487	(132.455)	(665.931)	189.146	18,53
Julho de 2013	1.049.141	(84.702)	(32.176)	-	21,63
Julho de 2014	1.561.552	-	(15.126)	-	32,61
Fevereiro de 2013 ("Restrict shares")	70.819	(2.087)	(17.928)	14.149	-
Março de 2014 ("Restrict shares")	105.000	-	-	105.000	-
Total	6.163.533	(734.744)	(3.715.289)	548.131	29,21

Para determinar o valor justo das opções, a partir de 2011, optou-se pelo modelo de precificação binomial. Nos anos anteriores foi utilizada a metodologia Black & Scholes, baseada nas seguintes premissas econômicas:

	Outorga em					
	Julho 2010	Julho 2011	Julho 2012	Julho 2013	Março 2014	Julho 2014
"Dividend yield"	5,73%	8,87%	5,36%	3,61%	3,71%	3,54%
Volatilidade do preço da ação	37,51%	38,27%	31,65%	26,97%	30,06%	25,04%
Período esperado para o exercício	5 anos	6 anos	6 anos	2 anos	6 anos	2 anos

O valor justo está sendo apropriado ao resultado do exercício e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelos prazos de até 24 e 36 meses. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, foi reconhecida provisão de R\$23.037 líquido dos encargos (R\$18.045 em 31 de dezembro de 2013), tendo como contrapartida a rubrica "Despesas com pessoal".

Desses montantes correspondem a parcela de diretores estatutários o montante de R\$9.507 líquido dos encargos (R\$7.913 em 31 de dezembro de 2013). Foram exercidas 2.082.065 ações no valor de R\$46.820 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (1.386.290 ações no valor de R\$ 18.359 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013), sendo o saldo total de opção de ações outorgadas registrado na rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2014, o montante de R\$7.248 (R\$31.031 em 31 de dezembro de 2013).

**20. RECEITA LÍQUIDA**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Receita operacional bruta	7.146.616	6.357.492	8.494.167	7.416.883
Impostos sobre serviços	(716.177)	(644.975)	(768.589)	(682.643)
Total	6.430.439	5.712.517	7.725.578	6.734.240

A receita operacional bruta é composta pelas comissões cobradas de estabelecimentos comerciais, pelo aluguel de equipamentos POS, pela prestação de serviços de utilização de rede, bem como por outros serviços relacionados aos meios de pagamento eletrônicos.

**21. DESPESAS POR NATUREZA**

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Despesas com pessoal	359.004	276.503	540.434	404.027
Depreciações e amortizações	342.547	309.912	427.360	391.211
Serviços profissionais	389.427	319.295	352.791	281.446
Gastos com aquisição (a)	1.661.981	1.408.043	2.387.444	2.009.751
Vendas e marketing (b)	274.203	236.413	287.571	255.954
Custo com créditos de celulares em controlada (c)	-	-	183.680	114.711
Outras	84.058	47.520	146.274	91.040
Total	3.111.220	2.597.686	4.325.554	3.548.140

Classificadas como:

Custo dos serviços prestados	2.027.685	1.734.466	3.050.620	2.549.652
Despesas com pessoal	224.745	169.025	371.065	267.289
Despesas gerais e administrativas	361.791	279.526	383.404	289.661
Vendas e marketing	274.203	236.413	287.571	255.954
Outras despesas operacionais, líquidas	222.796	178.256	232.894	185.584
Total	3.111.220	2.597.686	4.325.554	3.548.140

(a) Os gastos com aquisição são substancialmente representados por despesa de logística e manutenção de equipamentos POS, suprimentos a estabelecimentos comerciais, credenciamento e atendimento a clientes, serviços de telecomunicações, de captura e de processamento de transações.

(b) As despesas de marketing e vendas incluem campanhas de desenvolvimento da marca, propaganda e publicidade, endomarketing e incentivos de vendas a parceiros e bancos emissores.

(c) Corresponde ao custo do produto vendido referente a crédito de minutos para celulares vendidos pela controlada direta Multidisplay.

**22. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS, LÍQUIDAS**

Estão representadas por:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Perdas com créditos incobráveis e "chargebacks"	(131.807)	(72.453)	(131.807)	(72.453)
Provisão para risco, líquida	(23.910)	(42.873)	(29.172)	(48.383)
Perda no valor recuperável de ágio	-	(30.479)	-	(30.479)
Baixas efetivas com imobilizado	(28.579)	(25.729)	(28.638)	(29.369)
Gastos com projeto estratégico(*)	(37.238)	-	(37.238)	-
Outras	(1.262)	(6.722)	(6.039)	(4.900)
Total	(222.796)	(178.256)	(232.894)	(185.584)

(\*) Gastos com advogados e consultores relacionado ao projeto estratégico de criação de uma "joint venture" com o Banco do Brasil S.A., conforme destacado na nota "1. Novos negócios societários".

Ações emitidas	Ordinárias
Junho de 2014	38.892
Julho de 2014	1.220.552
Recuperação de ações em tesouraria - Julho de 2014	(1.270.000)
Agosto de 2014	320.989
Setembro de 2014	105.051
Outubro de 2014	14.632
Novembro de 2014	172.223
Dezembro de 2014	15.757
Recuperação de ações em tesouraria - Dezembro	(27.626)
Total	1.566.433.971

**Lucro por ação**  
Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Em 31 de março de 2014, houve o aumento do capital social em R\$1.000.000 mediante capitalização de reservas de orçamento de capital, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação, uma nova ação ordinária para cada uma ação ordinária de que forem titulares na posição final do dia 31 de março de 2014. Esses eventos foram considerados retrospectivamente no cálculo do lucro básico e diluído, como se tivessem ocorrido no início do exercício mais antigo apresentado, como segue:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	3.219.847	2.673.601
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.370.587	1.524.474
Lucro por ação (em R\$) - Básico	2,34925	1,75379

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	3.219.847	2.673.601
Denominador diluído:		
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	1.370.587	1.524.474
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações (em milhares)	5,795	3,185
Total (em milhares)	1,376,382	1,527,659
Lucro por ação (em R\$) - diluído	2,33936	1,75013

**19. PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES**

Em 1º de junho de 2009, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que ratificou a aprovação do plano de opção de compra de ações ordinárias de emissão da Sociedade, que tem vigência de dez anos a partir da data da primeira outorga aos beneficiários.

Poderão ser outorgadas opções de compra de ações, de forma que a diluição do capital social não exceda, a qualquer tempo durante a vigência do plano, 0,3% ao ano. Os beneficiários do plano serão definidos anualmente ou em periodicidade julgada conveniente pelo Conselho de Administração.

Em reuniões do Conselho de Administração de 6 de julho de 2010, 22 de julho de 2011, 23 de julho de 2012, 19 de julho de 2013 e 25 de junho de 2014, foram aprovadas a terceira, quarta, quinta, sexta e sétima outorgas de opções de compra de ações ordinárias e/ou ações restritas, respectivamente, conforme demonstrado no quadro a seguir, não havendo a opção de liquidação das opções em caixa.

Os beneficiários das outorgas de opções de compra de ações realizadas em 2010 e 2009 (primeira, segunda e terceira outorgas), nos termos do Plano e do Contrato de Outorga de Opção de Compra, poderão exercer a primeira parcela, equivalente a 1/3 do total das opções de compra a eles outorgadas, após um ano da data de outorga.

Em abril de 2011, foi realizada a Assembleia Geral Extraordinária que aprovou alterações na quarta e quinta outorgas, promovendo as seguintes mudanças no plano: possibilidade de os elegíveis optarem por plano de opção de compra de ações, plano de ações restritas ou combinação de ambos os planos; o exercício das opções e/ou ações restritas poderá ser realizado 50% após dois anos e 50% após três anos.

Na reunião do Conselho de Administração de 29 de fevereiro de 2012 foi aprovado plano de retenção anual para os executivos e talentos da Sociedade na forma de programa de "Restrict Shares", limitado ao montante de R\$5.800. Esse programa tem como objetivos minimizar o risco de perda dos executivos da Sociedade e ainda fortalecer o comprometimento destes com os resultados de longo prazo. Cada programa de retenção de executivos tem a duração de dois anos e as ações outorgadas serão doadas aos executivos que permanecerem na Sociedade no término do período do programa.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 28 de janeiro de 2014, a Sociedade ressaltou a necessidade de fortalecer a capacidade da Cielo para formar e reter o melhor time de executivos do segmento, e deliberou a aprovação do plano denominado Sócio Cielo - "Restrict shares" em março de 2014.

**23. COMPROMISSOS**

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

**a. Contratos de aluguel**

Em 31 de dezembro de 2014, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

Ano	Total
2015	13.705
2016	14.469
2017	15.231
Total	43.405

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

**b. Fornecedores de telecomunicações, equipamentos POS, tecnologia e logística**

Em 31 de dezembro de 2014, com base nos contratos vigentes, os pagamentos futuros estimados de fornecedores de telecomunicações, equipamentos POS, tecnologia e logística são os seguintes:

Ano	Total
2015	798.909
2016	843.408
2017	887.856
Total	2.530.173

Os contratos de captura e processamento de transações preveem multas rescisórias no valor total de R\$436. Os contratos de logística estão vigentes desde junho de 2007, com prazo mínimo de 12 meses, tendo como multa rescisória o valor de R\$7.264. Os contratos de telecomunicações não preveem multa rescisória.

**24. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS**

**Previdência Complementar**

A Sociedade é a controlada Servinot contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, em despesas de contribuições no montante de R\$9.004 (R\$7.222 em 31 de dezembro de 2013), contabilizadas nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas com pessoal".

**Outros benefícios**

Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizou R\$38.664 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (R\$24.839 em 31 de dezembro de 2013).

A Sociedade possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo avançar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, através de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio. Além disso, na Sociedade, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, e-learning, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

**25. PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES E ADMINISTRADORES NO LUCRO**

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social. Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 foram registrados na rubrica "Despesas com pessoal" na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Colaboradores	53.503	41.092	72.511	55.377
Diretores estatutários	14.670	13.759	15.577	14.614
Total	68.173	54.851	88.088	69.991

**26. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EXECUTIVOS**

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado do exercício são como seguem:

	31/12/2014		31/12/2013			
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Diretores estatutários	6.429	12.705	19.134	5.748	11.054	16.802
Conselhos de administração	1.559	-	1.559	1.458	-	1.458
Total	7.988	12.705	20.693	7.206	11.504	18.260



efetividade do instrumento financeiro; dessa forma, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014, não houve ineficiência reconhecida no resultado decorrente dos "hedges" de investimento líquido na Cielo USA; consequentemente, os ganhos ou as perdas dessas operações foram integralmente registrados no patrimônio líquido da Sociedade.

**f. Risco de taxa de câmbio**

O Grupo faz algumas transações em moeda estrangeira, substancialmente representada por transações realizadas por estrangeiros portadores de cartão de crédito em estabelecimentos localizados no Brasil. Adicionalmente, em 31 de agosto de 2012 a Sociedade adquiriu o controle da Me-S, através da holding Cielo USA, ambas localizadas nos Estados Unidos da América, cujas operações são realizadas através da moeda funcional, o dólar norte-americano. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas por meio da utilização de contratos futuros de moeda. Em 31 de dezembro de 2014, a exposição ao risco da taxa de câmbio, líquida dos instrumentos financeiros de proteção, em milhares de dólares norte-americanos, é como segue:

	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Ativo:		
Caixa e equivalentes de caixa	8.302	78.683
Contas a receber operacionais	-	142.586
Outros ativos	-	17.079
Investimentos em moeda estrangeira	311.981	-
Imobilizado	-	3.943
Ativos intangíveis, incluindo ágio	-	786.579
Total	320.283	1.028.870
Passivo:		
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	(964)	(151.628)
Outros passivos	-	(17.078)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Principal	(470.000)	(875.000)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Juros	(2.203)	(4.096)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Encargos	-	3.510
Imposto de renda diferido	-	(137.253)
Efeito tributário sobre instrumento de "hedge" - "Bonds" designado como proteção do investimento líquido no exterior	159.800	159.800
Total	(313.367)	(1.021.745)
Posição comprada de dólares norte-americanos	6.916	7.125

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré-venda dos dólares norte-americanos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

**Análise de sensibilidade de moeda estrangeira**

O Grupo está exposto principalmente ao dólar norte-americano. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor. Em 31 de dezembro de 2014, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

As tabelas a seguir incluem os saldos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013 e o valor, discriminado por modalidades de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade participa, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 2013:

	Controladora (BR GAAP)										31/12/2013
	31/12/2014										
	Acionistas					Controladas e "Joint Ventures"					
	<b>Banco</b>										
	<b>Bradesco</b>	<b>Banco do Brasil</b>	<b>Servinet</b>	<b>Orizon</b>	<b>Multidisplay</b>	<b>M4Produtos</b>	<b>Paggo</b>	<b>Braspag</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	
Ativos (Passivos):											
Aplicações financeiras (a)	23.508	3.610.465	-	-	-	-	-	-	3.633.973	74.633	
Contas a receber operacionais	2.632	2.095	-	-	-	-	-	-	4.727	3.948	
Contas a receber de controladas e controladas em conjunto	-	-	-	77	-	-	9	29	115	73	
Contas a pagar a controladas e controladas em conjunto	-	-	(10.647)	-	-	(220)	-	(1.343)	(12.210)	(12.570)	

	Controladora (BR GAAP)										31/12/2013
	31/12/2014										
	Acionistas					Controladas e "Joint Ventures"					
	<b>Banco</b>										
	<b>Bradesco</b>	<b>Banco do Brasil</b>	<b>Servinet</b>	<b>Orizon</b>	<b>Multidisplay</b>	<b>M4Produtos</b>	<b>Paggo</b>	<b>Braspag</b>	<b>Total</b>	<b>Total</b>	
Receitas:											
Receitas de aplicações financeiras (a)	2.589	5.114	-	-	-	-	-	-	7.703	6.399	
Receitas de prestação de outros serviços (b)	24.898	22.973	-	159	1.581	4.470	93	354	54.528	45.509	
Receitas de aluguel de equipamentos POS (c)	-	-	-	292	-	-	-	-	292	1.115	
Despesas:											
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação	(4.979)	(5.244)	-	-	-	-	-	-	(10.223)	(11.403)	
Outras despesas operacionais (d)	(20.049)	(2.969)	-	-	-	(3.641)	-	(3.957)	(30.616)	(24.762)	
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (e)	-	-	(144.754)	-	-	-	-	-	(144.754)	(114.900)	
Prestação de serviços de processamento de dados (f)	-	-	-	-	-	-	-	(4.565)	(4.565)	(8.035)	

- (a) As aplicações financeiras, quanto a prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
- (b) Corresponde a serviços de prevenção à fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas e comissão sobre processamento de transações para as empresas M4Produtos e Multidisplay. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores.
- (c) Vide nota explicativa nº 5.(e).
- (d) Serviços contratados com bancos acionistas, referentes a: (i) seguro de vida coletivo empresarial; (ii) seguros hospitalar e odontológico; e (iii) contrato de previdência privada. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àquelas praticadas com terceiros.
- (e) A Sociedade contratou a Servinet para prestar serviços de instalação e manutenção dos equipamentos POS nos estabelecimentos comerciais. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.
- (f) Refere-se a serviços de processamento de dados prestados pela M4Produtos e pela Braspag.

**Principais transações com partes relacionadas**  
**Saldos de bancos emissores**  
Os valores a receber de bancos emissores, apresentados líquidos na rubrica "Contas a pagar a estabelecimentos", referem-se aos montantes que devem ser repassados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente repassados pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.

**DIRETORIA ESTATUTÁRIA**

<b>Rômulo de Mello Dias</b> - Presidente	<b>Clovis Poggetti Junior</b> <b>Adriano Navarini</b>	<b>Dilson Tadeu da Costa Ribeiro</b> <b>Plínio Cardoso da Costa Patrão</b>	<b>Renata Baiense de Paiva Greco</b> <b>Roberto Menezes Dumani</b>
<b>Ricardo Grosvenor Breakwell</b> - Contador CRC 1SP279519/O-5			
<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>			
<b>Domingos Figueiredo de Abreu</b> <b>Alexandre Correa Abreu</b>	<b>Alexandre Rappaport</b> <b>Francisco José Pereira Terra</b> <b>Marcelo de Araujo Noronha</b>	<b>José Mauricio Pereira Coelho</b> <b>Maria Izabel Gribel de Castro</b> <b>Raul Francisco Moreira</b>	<b>Francisco Augusto da Costa e Silva</b> <b>Gilberto Mifano</b> <b>Milton Almicar Silva Vargas</b>
<b>CONSELHO FISCAL</b>			
<b>Marcio Hamilton Ferreira</b> <b>Joel Antônio de Araújo</b> <b>Marcelo Santos Dall'Occo</b>			<b>Haroldo Reginaldo Levy Neto</b> <b>Ricardo Tadeu Netto</b>

**PARECER DO CONSELHO FISCAL**

"Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A.  
Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A., no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, e à vista do relatório da KPMG Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos Acionistas".

Barueri, 27 de janeiro de 2015

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA**

Em observância as disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014.

**DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, bem como, concordou com relatório dos auditores independentes.

Barueri, 28 de janeiro de 2015

**RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO 2014**

O Comitê de Auditoria da Cielo S.A. é um órgão estatutário de funcionamento permanente, que visa assessorar o Conselho de Administração, com independência em relação à Diretoria da Companhia.

O atual Comitê é composto por 3 (três) membros eleitos em 23 de abril de 2014, com mandato de 2 (dois) anos, renovável, sendo 2 (dois) membros indicados pelos acionistas controladores, e 1 (um) membro, o coordenador do Comitê, apontado dentre os Conselheiros de Administração Independentes. Todos os membros do Comitê são considerados especialistas financeiros, e a versão vigente do seu Regimento Interno foi aprovada em 19 de junho de 2013.

De acordo com o Estatuto Social da Cielo, cabe ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração na obrigação de zelar: a) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Cielo S.A.; b) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; c) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna; e d) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Conglomerado.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê de Auditoria reúne-se no mínimo, trimestralmente em sessões ordinárias. No exercício de 2014 o Comitê realizou 8 (oito) sessões ordinárias e 1 (uma) extraordinária reunindo-se com as diretorias de Controles Internos, de Auditoria Interna, os Auditores Independentes, além de diretores e executivos de outras áreas para, entre outros assuntos tratar: da contratação, independência, planejamento das atividades e relatos dos auditores externos; do plano anual e relatórios da auditoria interna; dos sistemas de controles internos e gerenciamento de riscos e fraudes; da aderência, impactos contábeis e na estrutura de controles, oriundos da nova regulação do setor de meios de pagamento; das demonstrações financeiras trimestrais e anual; da constituição de provisões e dos ativos e passivos contingentes; das ações promovidas pela Companhia quanto às políticas de Anticorrupção e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro; e tratamento das denúncias recebidas pelo canal de ética.

Barueri, 27 de janeiro de 2015.

**Gilberto Mifano**  
Coordenador do Comitê de Auditoria

**Armstrong Luiz de Moura**  
Membro do Comitê de Auditoria

**José Antonio Teixeira**  
Membro do Comitê de Auditoria

**RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas e aos Administradores da Cielo S.A.  
Barueri - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cielo S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2014 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

**Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**  
A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade dos auditores independentes**  
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais

de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Sociedade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais**  
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cielo S.A. em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta-corrente são líquidos das taxas de antecipação, "pro rata temporis", calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Sociedade.

**Serviços de utilização da rede credenciada Cielo ("Value Added Network - VAN")**  
A Sociedade detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de "back office" operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações. As taxas e tarifas cobradas por essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

**Serviços de VAN e taxa de conectividade - Amex**  
A Sociedade detém um contrato não exclusivo de prestação de serviços de captura de transações de cartões emitidos pela Bandeira Amex (VAN), com a BankPar S.A. ("BankPar"), empresa do Grupo Bradesco licenciada dos direitos da bandeira American Express ("Amex") no Brasil. O contrato também estabelece a remuneração da BankPar, pela Sociedade, mediante o pagamento de taxa de conectividade, referente ao acesso da Sociedade aos estabelecimentos afiliados aos sistemas de aquisição da bandeira Amex. A parceria com a bandeira Amex tem alto potencial de geração de valor à Sociedade na medida que complementa seu portfólio de bandeiras. A assinatura dos contratos teve a aprovação do Conselho de Administração, observados para tanto os impedimentos legais. Os preços cobrados pela prestação do serviço são semelhante àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.

**Trava de domicílio bancário**  
É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio.

**Escrituração de ações da Sociedade**  
Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Sociedade firmado com o Banco Bradesco S.A., pelo qual este presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Sociedade.

**Serviços operacionais - Programa de emissão de ações**  
Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações ("stock options") e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.

**Outros contratos pulverizados**  
Além dos saldos registrados, a Sociedade mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:

- Serviços de "cash management".
- Seguros contratados.
- Serviços de plano de saúde e previdência complementar.
- Cartão de crédito corporativo.
- Serviço de pagamento a fornecedores.

**30. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA**

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2014	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2013
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	97.800	93.250	97.800	93.250
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	147.392	140.577	274.797	261.307
Dividendos mínimos e juros sobre o capital próprio propostos	485.821	460.410	485.821	460.410
Ajuste de créditos tributários realizado no balanço de abertura da Me-S e reconhecido como ajuste no ágio	-	16.160	-	16.160

**31. COBERTURA DE SEGUROS**

Em 31 de dezembro de 2014, a Sociedade mantém os seguintes contratos para cobertura de seguros:

	Importância segura
<b>Modalidade</b>	110.000
Responsabilidade civil e executivos	
Riscos nomeados (incêndio, vendaval e fumaça, danos elétricos, equipamentos eletrônicos, roubo e alagamento e inundação)	28.983
Lucros cessantes	15.786
Veículos	999
Armazenagem de POS	225.201
Transporte de POS	1.692.902
FINAME de POS	1.091.292

**32. OUTROS ASSUNTOS**

A Lei nº 12.973/14 e as Instruções Normativas da Receita Federal do Brasil nº 1.397/13, nº 1.493/14, nº 1.515/14 e nº 1.520/14 trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais. Os dispositivos da lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de sua aplicação antecipada para o ano-calendário de 2014, cuja manifestação foi realizada na Declaração de Débitos e Créditos Tributários Federais - DCTF de agosto de 2014, que deverá ser confirmada ou alterada na DCTF de dezembro de 2014 (a ser entregue em meados de fevereiro de 2015).

A Sociedade elaborou estudos sobre os efeitos que poderiam advir da aplicação dos dispositivos da Lei nº 12.973 e não identificou oportunidades que motivassem a adesão antecipada para o ano-calendário de 2014, optando, portanto, pela não antecipação de seus efeitos.

Face às recentes publicações feitas pela Receita Federal do Brasil (Instruções Normativas nº 1.515 e nº 1.520, de novembro e dezembro de 2014, respectivamente), a Sociedade está revisando a avaliação dos impactos do novo arcabouço legal tributário, a fim de verificar eventuais mudanças em sua conclusão, bem como para estar em aderência aos novos dispositivos a partir do início de 2015.

**33. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Sociedade e autorizadas para emissão em 28 de janeiro de 2015.

Osasco, 28 de janeiro de 2015

**Cláudio Rogério Sertório**  
Contador CRC 1SP212059/O-0

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

**Cláudio Rogério Sertório**  
Contador CRC 1SP212059/O-0

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

**Cláudio Rogério Sertório**  
Contador CRC 1SP212059/O-0

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

**Cláudio Rogério Sertório**  
Contador CRC 1SP212059/O-0

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

**Cláudio Rogério Sertório**  
Contador CRC 1SP212059/O-0

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

**Cláudio Rogério Sertório**  
Contador CRC 1SP212059/O-0

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

**Cláudio Rogério Sertório**  
Contador CRC 1SP212059/O-0

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

**Cláudio Rogério Sertório**  
Contador CRC 1SP212059/O-0

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

**Cláudio Rogério Sertório**  
Contador CRC 1SP212059/O-0

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

**Cláudio Rogério Sertório**  
Contador CRC 1SP212059/O-0

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

**Cláudio Rogério Sertório**  
Contador CRC 1SP212059/O-0

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

**Cláudio Rogério Sertório**  
Contador CRC 1SP212059/O-0

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

**Cláudio Rogério Sertório**  
Contador CRC 1SP212059/O-0

**KPMG Auditores Independentes**  
CRC 2SP028567/O-1 F-SP

**Cláudio Rogério Sertório**  
Contador CRC 1SP212059/O-0